


1837	
João Carlos Saldanha	 <p><i>Em Portugal, o despotismo é que é moderno, e a liberdade antiga, mergulhando nas imunidades e franquias populares, anteriores ao direito divino, quando a monarquia do século XVI peou nos nossos velhos concelhos, e entregou-os amarrados aos fidalgos, aos padres e aos agentes do poder real, destruindo essas cartas constitucionais, que reunidas eram o complexo do direito público do país, e que tinham em si próprias a garantia da realidade, pelo que o espírito de liberdade morreu e o absolutismo assentou-se tranquilamente sobre o país, quando cessou entre nós o direito político do povo, e reinou despejado o absolutismo (Alexandre Herculano).</i></p>
Do triunvirato revolucionário à revolta dos marechais	

• **Das classes trabalhadoras à doutrinação Voz do Profeta** – No ano em que Karl Rodbertus (1805-1875), um dos inspiradores do que virá a ser o socialismo catedrático, lança *As reivindicações das classes trabalhadoras*, Alexandre Herculano publica *A Voz do Profeta*, em Fevereiro, onde, em nome da honra cartista, denuncia o oportunismo revolucionário dos novos detentores do poder. Inicia também, como director e redactor principal, o semanário *O Panorama*, órgão da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, mantendo-se em tais funções até 1839 e, como colaborador, até 1844. Reclamando-se cartista, assume a moderação dos chamados doutrinários, marcados pelo espiritualismo de Royer-Collard, pelo ecletismo de Victor Cousin e pelo estilo de Benjamin Constant, aproximando-se do herético liberalismo católico de Lamennais. No ano anterior, António Feliciano de Castilho (1800-1875) tinha traduzido as *Palavras de um Crente* de Lamennais. Entretanto, inicia-se em Coimbra um curso de economia política, com Adrião Pereira Forjaz Sampaio, e surgem os primeiros navios a vapor na Marinha de Guerra, enquanto se funda-se a Associação Industrial Portuguesa (28 de Janeiro).

• **Honório Barreto** – O guineense Honório Pereira Barreto (1813-1859), natural do Cacheu e aí regressado em 1829, é nomeado governador português do território, até 1839. Cabe-lhe resistir à influência dos franceses, instalados em Casamansa em Abril deste ano, bem como tomar solene posse da ilha de Bolama (14 de Fevereiro) e da zona de Bissau, criando aquilo que é hoje a unidade da República da Guiné Bissau. Para a Índia, é nomeado governador-geral Simão Infante de La Cerda de Sousa Tavares, visconde de Sabroso, repondo a autoridade portuguesa e a unidade do estabelecimento, dado que em Damão governava Bernardo Peres da Silva, que se assumia como não dependente de Goa.

• **Nova Reforma Judiciária** – Em 13 de Janeiro são emitidos dois decretos sobre a reforma do processo civil e do processo criminal que, juntamente com um diploma de 29 de Novembro de 1836, sobre a divisão judicial do território, constituem a chamada

Nova Reforma Judiciária. Na linha de reformas, chaga a ser aprovado, por decreto de 4 de Janeiro um projecto de Código Penal, da autoria de José Manuel da Veiga, que, contudo, não chega a entrar em vigor, dado não ser incluído na lista do *bill de indemnidade* de 17 de Abril de 1837.

● **Conspiração das Marnotas**, de cariz miguelista é julgada (de 13 a 15 de Março).

● **Ordeiros e dissidentes contra Passos Manuel** A Câmara vota por 63 contra 33 sobre a não existência de subsecretários de Estado, conforme proposta do governo. Triunfa uma maioria de ordeiros e dissidentes. O então radical António Bernardo da Costa Cabral vota contra Passos Manuel (10 de Maio).

● **Remodelação** – Em 27 de Maio Vieira de Castro cede a justiça a Passos Manuel e a marinha a Sá da Bandeira.

● **Governo nº 12 de Dias Oliveira** (71 dias, desde 2 de Junho). O terceiro governo setembrista, presidido por um antigo colaborador de Silva Carvalho, *que tinha a habilidade de se fazer como pertencente a todos os partidos*. Já não tem a participação dos membros do triunvirato revolucionário.

● Presidente acumula o reino e a justiça. Na fazenda, João de Oliveira, o barão do Tojal. Na guerra e na marinha, o 1º visconde de Bóveda, Joaquim de Sousa Quevedo Pizarro. Nos estrangeiros, Manuel de Castro Pereira de Mesquita Pimentel Cardoso e Sousa (1778-1863).

● **Tojal** – Era um homem novo, rico, sem política, banqueiro, inglesado (comentário de Oliveira Martins sobre João Gualberto Oliveira, futuro conde do Tojal, ministro da fazenda em 1 de Julho).

● Carta de lei cria a **Junta de Crédito Público**, para administrar e arrecadar os fundos destinados ao pagamento dos juros e amortização de toda a dívida consolidada da nação (15 de Julho).

● **Revolta dos Marechais** (de 12 de Julho até 7 de Outubro) Comandada por Saldanha e Terceira, que chamam Luís Mouzinho de Albuquerque e tentam estabelecer uma junta de regência, declarando a rainha *coacta*. A movimentação militar é desencadeada em 12 de Julho pelo barão de Leiria, José de Vasconcelos Bandeira de Lemos (1794-1873), a partir da Vila da Barca, visando a

restauração da Carta. Os velhos chefes militares, depois de em 1835 terem sido vítimas do primeiro pronunciamento militar, passam agora a *condottieri*. Pouco antes, Leiria chegara a ser sondado por D. Maria II para formar governo, convidando Fronteira, Silva Sanches e Vieira de Castro. Como em 10 de Agosto vai dizer Almeida Garrett, há sempre *esta ideia de que o País tem de fazer uma revolução todas as vezes que deseje mudar a Constituição do Estado*.

● **O filme de uma breve guerra** – A revolta começa por uma série de passeatas sediciosas sem combates. Sá da Bandeira é nomeado lugar-tenente da rainha para o Norte, a fim de fazer ceder os revoltosos de Vila da Barca. No Porto, revolta-se Samodães. Sá da Bandeira recua para Coimbra e Leiria. Saldanha sai de Lisboa para Sintra e segue para Torres Vedras e depois para Castelo Branco. Marcha em seguida para Coimbra e Leiria, recuando para Torres Vedras, onde se lhe junta Terceira. Descem para o Campo Grande, em Lisboa, mas voltam a subir para Torres Vedras e, depois, para Coimbra, num jogo de marchas e contra-marchas.

● **O primeiro combate** – Os sediciosos são derrotados pelo conde de Bonfim na acção de Chão da Feira, perto da Batalha (28 de Agosto). Morte do Conde da Redinha e do barão de São Cosme. D. Fernando, o filho do Conde de Vila Real perde uma perna em combate e acaba por falecer. Também Fernando Mouzinho, filho de Luís Mouzinho de Albuquerque, é gravemente ferido e, depois de ser feito prisioneiro, também morre. Sá da Bandeira segue para o Norte de vapor, com um batalhão de caçadores e a divisão auxiliar do conde das Antas regressa de Espanha, reforçando os apoiantes militares do governo.

● **O segundo e último combate** – Os venerandos rebeldes recuam, primeiro, para Alcobaça e, depois, para o Norte, estacionando na zona de Chaves, onde se dá o combate de Ruivães, com derrota definitiva dos golpistas, então comandados por Bandeira de Lemos (18 de Setembro).

● **A Convenção de Chaves** faz regressar o país ao estado de não-guerra, a que muitos dão o nome de normalidade e estabilidade política (7 de Outubro). As garantias constitucionais apenas continuam suspensas no Algarve. Saldanha, Palmela, Terceira,

Silva Carvalho e Luís Mouzinho de Albuquerque vão para o exílio. Entretanto, em 16 de Setembro, nasce D. Pedro.

●**Paixões em vez de princípios, logo, corrupção e cepticismo.** *As novas instituições tinham brotado de paixões e não de princípios, e por isso eram como que absurdos os seus movimentos de mais justiceira aparência, degenerando fatalmente sempre em mais corrupção e cepticismo* (José Agostinho).

●**Os ausentes-presentes** – O Grande Oriente Lusitano, com o exílio de Silva Carvalho e face ao assassinato de Agostinho José Freire, fica acéfalo e lojas desta obediência *abatam colunas*, com muitos irmãos a abandonarem a ordem, como terá sucedido a Alexandre Herculano (Julho). O situacionismo setembrista passa, assim, a viver num equilíbrio instável, sem a figura tutelar de Passos Manuel. Há divergências entre os setembristas moderados, então liderados por Bonfim, e o grupo de José Alexandre de Campos, que pretende um entendimento com os radicais. Como síntese deste jogo de forças, emerge sempre a figura de Sá da Bandeira.

●**Governo nº 13 de Sá da Bandeira** (617 dias desde 10 de Agosto), reunindo moderados, na linha de Bonfim, e que hão-de dar origem aos *ordeiros*, bem como os que procuravam mais íntimos entendimentos com os radicais, liderados por José Alexandre Caetano de Campos e Almeida (1794-1850).

●Sá da Bandeira só assume efectivamente o governo em 14 de Outubro de 1837. Acumula formalmente a marinha até 25 de Outubro. Manuel de Castro Pereira Mesquita mantém-se nos estrangeiros, até 6 de Novembro de 1837. O visconde de Bóveda na guerra até 30 de Outubro de 1837. João de Oliveira continua na fazenda, até 17 de Abril de 1838. Júlio Gomes da Silva Sanches no reino até 9 de Março de 1838. José Alexandre de Campos e Almeida na justiça, até 9 de Março de 1838

●**Ordem e liberdade** – *Quero a monarquia porque quero a ordem; quero a monarquia rodeada de instituições democráticas, porque quero a liberdade* (Almeida Garrett, em 20 de Setembro).

●**O novo fiel da balança do poder** – Só depois de 14 de Outubro é que Sá da Bandeira deixa de ser um presidente virtual,

por andar nos combates, passando a chefiar efectivamente o gabinete. Mas, quando volta a Lisboa, ameaça não assumir tais funções (14 de Outubro). Pretende a criação de um Senado com membros vitalícios de nomeação régia, quando as Cortes Constituintes tinham optado pelo modelo electivo por 48 votos contra 43. Chega-se a uma solução de compromisso, quando se admite que a futura legislação ordinária poderá modificar o modelo de segunda câmara (Outubro). Silva Carvalho propõe que os cartistas jurem a Constituição em elaboração (30 de Dezembro)

●**Remodelações** – Em 25 de Outubro: Tojal passa a acumular a marinha.

●Em 30 de Outubro: Francisco Pedro Celestino Soares na guerra, em lugar de Bóveda.

●Em 9 de Novembro: Sá da Bandeira nos estrangeiros. José Lúcio Travassos Valdez (1787-1862), 1º conde de Bonfim na guerra e na marinha.

●**Suspenso o diploma que abolia o tráfico de escravos** – É suspensa a execução do decreto de 10 de Dezembro de 1836 que abolia o tráfico de escravos. Sá da Bandeira reconhece a respectiva impotência, falando até na influência de nações americanas e europeias.

●**Introdução da maçonaria irlandesa** Criada uma loja maçónica do Rito Escocês Antigo e Aceite, *Regeneração nº 338*, sem obediência aos grandes orientes nacionais e directamente dependente de Dublin, protestando-se assim contra a politização das maçonarias (19 de Setembro).

📖 Agostinho, José (III): 167 ss.; Arriaga, José de (II): 259-266; Chagas, Manuel Pinheiro/ Colen, Barbosa (X): 289-290; Ferreira, Joaquim: 553; Fronteira (VI): 208, 209, 211, 212, 213, 215, 217, 218, 219, 242, 243, 244, 247; Gomes, Marques (*Luctas...*): 224, 228, 229, 292, 298; Lacerda, José Maria: 56, 59 ss, 124.; Lavradio (II). 39, 59ss., 129, 130, 131; Marques, Oliveira (II): 58, 63; (III): 279, 282; Martins, Oliveira (II): 79, 83, 85; Pereira, Miriam Halpern: 39; Peres, Damião (VII): 266; Pinheiro, Magda: 46; Silva, Júlio Joaquim da Costa Rodrigues da (1992); Valente, Vasco Pulido (1997): 41, 118 ss.; Viana, António (*Silva Carvalho...*): 373, 381, 382; Vieira, Benedicta Maria Duque (1987); Vilhena, Júlio de (1918): 41, 42.